Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF

CARLOS EDUARDO DE FRANÇA ROLAND

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL:

estudo para verificar a contribuição do domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ao Desenvolvimento Regional (DR)

Franca

2010

CARLOS EDUARDO DE FRANÇA ROLAND

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL:

estudo para verificar a contribuição do domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ao Desenvolvimento Regional (DR)

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado Interdisciplinar, do Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF para apresentação e avaliação como parte integrante da disciplina de Seminários de Pesquisa.

Franca

2010

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL: estudo para verificar a contribuição do domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ao Desenvolvimento Regional (DR)

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

Orientadora: Profa. Dra. Melissa Franchini Cavalcante Bandos

RESUMO

Este trabalho apresenta os estudos e pesquisas realizadas sobre Políticas Públicas (PP) para Inclusão Digital (ID) e sua relação com Desenvolvimento Regional (DR). Estudos acadêmicos defendem que para atingir o estado de Desenvolvida, uma região tem que contemplar a Inclusão Social (IS) de seus habitantes, através de melhorias na qualidade de vida, aumento de renda, e das possibilidades de emprego, que podem ser alcançados com a apropriação e a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Por outro lado, pesquisadores alertam para o fato de que o acesso às TIC têm contribuído para o aumento das desigualdades sociais. Diante desse cenário, foi desenvolvida pesquisa numa primeira fase exploratória, com os objetivos de identificar em que medida e em que condições a ID pode se transformar em um processo de IS, contribuindo com o DR. Buscou-se, com os resultados obtidos, identificar elementos indicadores de resultados de programas de ID para nortear a base da segunda fase da pesquisa, classificada como descritiva. A partir dos elementos identificados, será definido o questionário a ser utilizado em entrevistas com atores sociais que implementam e que se beneficiam de programas de ID, na cidade de Franca (SP), para coleta de dados primários para, por meio de análise de conteúdo, identificar aspectos fundamentais que devem nortear propostas de Políticas Públicas para Inclusão Digital que resultem em DR.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, inclusão social, inclusão digital, políticas públicas, elementos de avaliação de inclusão digital

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O objetivo geral da pesquisa é analisar Políticas Públicas (PP) para Inclusão Digital (ID) e suas relações com o Desenvolvimento Regional (DR). Como objetivos específicos, pretende-se identificar elementos que possam definir indicadores de resultados para análise e avaliação de PP para ID.

Estudos relacionados ao desenvolvimento indicam que para atingir o estado de Desenvolvida, uma região tem que contemplar a Inclusão Social (IS) de seus habitantes, através de melhorias na qualidade de vida, aumento de renda, acesso a saúde, educação, laser, cultura, e empregabilidade. Tais estudos apontam a apropriação e a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) como fator facilitador desse processo.

Por outro lado, alertam para o fato que o acesso às TIC têm contribuído para o aumento das desigualdades sociais em função de suas características econômicas. Segundo pesquisa realizada pelo NIC.BR (2010) 36% dos domicílios brasileiros possuem computador e 27% têm acesso à internet. Estes resultados mostram que dispor de recursos financeiros para se adquirir um microcomputador, uma linha telefônica, pagar por cursos para aprender a usar estes recursos, e para usar um provedor de acesso à internet, não é uma realidade para a grande maioria da população brasileira. Essas tecnologias exigem gastos maiores do que, por exemplo, o que se gasta para ter um rádio, uma TV ou um telefone celular em uso cotidiano (MATTOS, 2008).

Diante desse cenário, a pesquisa exploratória realizada buscou identificar em que medida e em que condições a chamada ID pode se transformar em um processo de IS.

Os estudos permitiram a identificação de aspectos fundamentais relacionados à ID, que devem caracterizar indicadores de resultados de implementação de PP. Tais aspectos serão considerados na definição das bases do levantamento a ser realizado com atores sociais que implementam e que se beneficiam de programas de ID na cidade de Franca (SP). São apresentados os elementos que definirão as questões serão avaliadas em levantamento a ser realizado, através de entrevistas semi-estruturadas junto á população beneficiada pelos programas oferecidos. Os dados obtidos desse levantamento serão estudados através de Análise de Conteúdo para a identificação de aspectos sociais e humanos que devem ser considerados na proposição de Políticas Públicas para Inclusão Digital.

A seguir são apresentados os referenciais teóricos que suportam a pesquisa.

n1 CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

n2 CRESCIMENTO

Pesquisas em diferentes fontes bibliográficas mostram diversas formas de conceituar crescimento enquanto evento econômico. Entretanto, pode-se evidenciar algumas características comuns na maioria delas como, por exemplo, que crescimento é definido como a ocorrência de incrementos positivos e constantes, considerados quantitativamente, do Produto Interno Bruto (PIB) ou do nível de renda (renda per capita) de um país ou região (OLIVEIRA, 2002).

Observa-se que, na procura pelo crescimento sempre está presente o sentimento de que o bom é quando se tem mais, não importando a qualidade desse acréscimo. Crescimento aparece, também, como elemento fundamental para a solução de problemas humanos (SOUZA, 1993), e para a superação da pobreza e para a construção de um padrão digno de vida (OLIVEIRA, 2002).

As questões que surgem então são: a) saber como as variações do crescimento são distribuídas entre a população; b) se este crescimento é fruto de investimentos em habitação, educação, dentre outros fatores que contribuem para melhorar suas condições de vida. Respostas a estas questões permitem estabelecer a correlação existente entre crescimento e desenvolvimento.

n2 DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento é expressão de uso freqüente. Nem sempre bem empregada e comumente confundida com crescimento ou expansão, juridicamente ganhou status de direito internacional inalienável e de objetivo fundamental da sociedade brasileira.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, está embasada a natureza jurídica de desenvolvimento :

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Essa natureza jurídica foi melhor definida e dimensionada na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, de 1986, que dispõe :

O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.

Dispõe, ainda, de essencial, que “os Estados devem tomar providências para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento resultantes da falha na observância dos direitos civis e políticos, assim como dos direitos econômicos, sociais e culturais” e que “todos os aspectos do direito ao desenvolvimento estabelecidos na presente Declaração são indivisíveis e interdependentes, e cada um deles deve ser considerado no contexto do todo” .

Nos preâmbulos da declaração encontra-se uma definição:

[...] processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa ao constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes.

Daí o entendimento de Brose (apud Marin Filho, 2005, p. 1) de que “a mudança para melhor, o desenvolvimento, depende de uma complexa, demorada e contínua interação e sinergia entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer”.

Esse processo de melhoria contínua da qualidade de vida das pessoas tem um pressuposto democrático: requer a participação das pessoas – “participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento”. Não faria sentido excluir a participação popular do desenvolvimento, até porque é essencial para se formar consenso sobre o que considerar melhoria e definir as prioridades. Tem também pressuposto distributivo: requer a “distribuição justa dos benefícios daí resultantes” – resultantes do desenvolvimento. Mais uma vez a participação popular é essencial para formar consenso sobre o que seria “distribuição justa”. Depreende-se disso que o aprimoramento da democracia, incluindo todos os segmentos comunitários no processo decisório, constitui desenvolvimento em sua vertente política. Borba (apud Martinelli e Joyal 2004) alerta:

[...] para avaliar o desenvolvimento, também devem ser consideradas variáveis políticas, tecnológicas, sociais, ambientais e de qualidade de vida da população. Algumas delas são de natureza pluridimensional, como a qualidade de vida, que abarca, entre outros índices, o acesso à educação, as opções culturais, as condições de atendimento médico, a previdência social e o lazer da população. Assim, não se pode mais simplesmente considerar índices isolados, como renda per capta, para indicar o grau de desenvolvimento de uma sociedade, visto que o complexo sentido do conceito deve abranger toda a expressão do termo humanidade.

O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Na Constituição promulgada em 1988 e que embasa a ordem jurídica vigente, instituiu que o desenvolvimento constitui objetivo fundamental. E também, como que reproduzindo a definição internacional de desenvolvimento, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação .

Fundindo os termos da definição inserida na Declaração de 1986 com os objetivos fundamentais da Constituição de 1988 depreende-se que o desenvolvimento tem contornos bem nítidos no ordenamento brasileiro: constitui uma sucessão de mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas que construam uma sociedade mais livre, justa e solidária, sem pobreza nem marginalização; uma sociedade em que as desigualdades sociais e regionais sejam reduzidas e em que é promovido o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nota-se a modernidade brasileira ao incorporar e dimensionar desenvolvimento em seu ordenamento jurídico, classificando-o como objetivo fundamental. Nesse sentido, alinha-se com Sen (2008, p. 18), cuja teoria causou forte impacto mundial:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos a privação da liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

É preciso considerar, no entanto, que esse curso rumo ao progresso, essa sucessão de melhorias na qualidade de vida de todas as pessoas que se convencionou denominar desenvolvimento é de grande complexidade e gera profundos conflitos de interesses. Não é possível que ocorra paritariamente em todos os espaços e que se realize de per si, como conseqüência natural.

O debate sobre a conceituação do termo desenvolvimento impõe a utilização de um modelo que englobe variáveis econômicas e sociais. Oliveira (2002) afirma que “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”.

Pode-se afirmar que crescimento - definido como incrementos positivos no produto e na renda – quando transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano (saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, etc...) e reduzindo níveis de pobreza, de desemprego e de desigualdade social, gera desenvolvimento. Assim, crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

O escopo do desenvolvimento é o “constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos” como se verifica em Martinelli e Joyal (2004, p. 51):

Desenvolvimento, em termos conceituais, é um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores ou uma atitude comparativa com respeito a esse conjunto, sendo esses valores condições e/ou situações desejáveis para a sociedade. [...] o desenvolvimento deve refletir o progresso da sociedade como um todo, em suas múltiplas dimensões e não apenas na dimensão econômica.

Segundo Lopes (2002), “desenvolvimento é fim e o crescimento é apenas meio”. Desenvolvimento, para se realizar, necessita de crescimento, mas não qualquer crescimento, ou crescimento a qualquer custo. O autor ainda afirma que desenvolvimento envolve elementos adicionais à economia. A liberdade, a justiça, o equilíbrio, a harmonia são elementos intrínsecos ao desenvolvimento. Não se pode considerar desenvolvida a sociedade, por maior que seja seu PIB, ou a renda per capita de sua população, na qual a opressão e as desigualdades foram acentuadas; onde o bem-estar de alguns se dê à custa da pobreza de outros.

Segundo conceituação de economistas de orientação crítica, “desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas” (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Sob esta ótica, desenvolvimento não é essencialmente econômico. Será social, e deverá ser humano, porque desenvolvimento é para as pessoas, “e é para as pessoas onde estão” (LOPES, 2002).

À medida que o desenvolvimento atende às principais necessidades das pessoas, em seus locais de origem, deixando de ser essencialmente econômico, ele passa a ser, também, desenvolvimento humano.

O conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à idéia de crescimento [...] Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter – e muito menos aumentar – o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população. (PNUD, 2006 apud OLIVEIRA, 2002, p. 45).

É necessário então, para se atingir o desenvolvimento humano, que se reduza a exclusão social, caracterizada, principalmente, pela pobreza e pela desigualdade.

n2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para Sandroni (1994) “desenvolvimento depende das características de cada país ou região” e então desenvolvimento, quando alcançado, é desenvolvimento regional.

Segundo Correa (2007, p.32),

[...] três escolas definem região: determinismo ambiental, possibilismo e nova geografia. Esta última define região como conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares.

A compreensão de local e regional tem dimensão diversa se a abordagem for sociológica, econômica ou jurídica, por exemplo. Assim, dependendo da abordagem, o “local” pode compreender ou refletir em vários municípios ou Estados-membros, bem como o “regional” pode constituir um recorte no território de um município ou de um Estado-membro. O que parece comum à compreensão do “local” e do “regional” é a amplitude da dimensão regional, em comparação com a dimensão local. Para Albagli (2004, p. 49), “região é geralmente entendida como uma unidade de análise mais ampla (e mais diversa internamente) do que uma determinada área ou localidade”.

Franco (apud Martinelli e Joyal 2004) afirma que:

todo desenvolvimento é local, seja ele um distrito, uma localidade, um município, uma região, um país ou uma parte do mundo. A palavra local não é sinônimo de pequeno e não se refere necessariamente à diminuição ou redução. Assim, o conceito de local adquire uma conotação sócio-territorial para o processo de desenvolvimento, quando esse processo é pensado, planejado, promovido ou induzido. Porém, no Brasil em geral, quando se pensa em desenvolvimento local, faz-se referência a processos de desenvolvimento nos níveis municipal ou regional.

Considerando a dimensão territorial brasileira e a busca do desenvolvimento, Bandeira (1999, p. 8) aponta que:

[...] torna-se cada vez mais claro que as abordagens centradas no nível de abrangência territorial das grandes regiões — Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul — devem ser substituídas por iniciativas de abrangência sub-regional ou local, que possam ser melhor calibradas com base em diagnósticos mais precisos da situação e das potencialidades dessas áreas menores, cuja problemática tende a ser mais homogênea.

Martinelli e Joyal (2004) consideram o desenvolvimento local um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de fatores como sociais, culturais, políticos, morais e éticos, além dos econômicos, de forma a tornar dinâmicas as potencialidades que possam ser identificadas, quando se observa uma determinada unidade sócio-territorial. Blakely (apud Borba, 2000) usa o termo local, intercambiado com o regional, para se referir a uma área geográfica composta por um grupo de autoridades governamentais locais e/ou regionais que dividem uma base econômica comum e são suficientemente próximas para atuarem juntas, de maneira a permitir que os moradores da área dividam entre si empregos, recreação e compras.”

Lopes (2002, p. 18) expressa que, no entanto, é dispensável adjetivar: “desenvolvimento é desenvolvimento regional, é desenvolvimento local, é desenvolvimento humano. Desenvolvimento tem de ser sustentável, se não, não é desenvolvimento”. Defende “que se exprima o desenvolvimento em termos de acesso das pessoas, onde estão, aos bens e serviços e às oportunidades que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas” (ibidem, p. 19).

Com o objetivo de caracterizar a operacionalidade do desenvolvimento de forma quantitativa buscando maior clareza conceitual, Lopes (2002, p.19) propõe que ele seja traduzido por acesso, por ser possível medir a acessibilidade:

[...] que o desenvolvimento se traduza por acesso, por ser inquestionavelmente possível medir a acessibilidade, qualquer que seja a sua natureza: acessibilidade financeira, ou econômica, para que no mínimo se pode dispor dos indicadores de rendimento; acessibilidade física, facilmente convertível em medidas de distância ou de tempo, por natureza quantificáveis.

Dessa compreensão de Lopes surgem as bases para a mensuração do desenvolvimento, ou de instrumentos para a sua aferição, vinculadas ao espaço em que é observado ou fomentado. É importante mensurar o desenvolvimento, aferir que ocorre ou que se está no caminho de sua realização.

Depreende-se a utilidade prática do recorte territorial e da mensuração na construção do desenvolvimento. Realmente, a quantidade e a qualidade do grau de acesso das pessoas a um aspecto específico relacionado ao bem-estar, no local em que estão, permitem eficazmente aferir o desenvolvimento.

Na falta de critérios consensuais de mensuração, entende-se que já é um avanço estabelecer parâmetros para a percepção do desenvolvimento. Nesse sentido, sem a precisão metodológica, estatística ou numérica do progresso, é satisfatório observar que implementa mudanças que melhorem a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas.

É necessário considerar também que o desenvolvimento, quando atendendo às necessidades básicas das pessoas, é evolutivo, pois estas necessidades situam-se a níveis cada vez maiores, à medida que o desenvolvimento ocorre.

n1 INCLUSÃO DIGITAL, TIC E INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão digital ou infoinclusão visa à facilitação do acesso aos benefícios da informática das pessoas desprovidas desse recurso.

Acesso, no caso, é mais do que disponibilizar aparato tecnológico. Silva Filho (2003, p.1) comenta:

Três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: TIC, renda e educação. Não é difícil vaticinar que sem qualquer um desses pilares, não importa qual combinação seja feita, qualquer ação está fadada ao insucesso.

A discussão sobre inclusão digital toma corpo em função dos avanços obtidos nas TIC, principalmente os alcançados com o uso da internet. Recursos disponibilizados por essas tecnologias transformam comportamentos da sociedade ao encurtar distâncias e moldar novas formas de interações sociais, culturais e econômicas (CRUZ, 2007).

Castells (2003, p.220) afirma que “a internet não é apenas uma tecnologia. É a ferramenta tecnológica e a forma organizacional que distribui informação, poder, geração de conhecimento e capacidade de interconexão em todas as esferas de atividade”.

Segundo Cruz (2007, p. 9)

Se pudermos crer na internet como originadora de uma nova dimensão de relações humanas, em que as pessoas realizam negócios, obtém lazer e informações diversas, trabalham em grupo, trocam percepções e idéias, discutem e produzem conhecimentos compartilhados, talvez seja possível ter a internet como uma alternativa capaz de dar novos horizontes de aprendizagem, socialização, possibilidade de apropriação autônoma de informações e conhecimentos e, assim, uma oportunidade de reconstrução das relações econômico-sociais.

Rebêlo (2005) complementa:

Somente colocar um computador na mão das pessoas ou vendê–lo a um preço menor não é, definitivamente, inclusão digital. É preciso ensiná–las a utilizá–lo em benefício próprio e coletivo.

O surgimento de uma nova técnica gera um grupo de excluídos. Quando a escrita surge, se tornam excluídos aqueles que não sabem ler nem escrever. No espaço da rede mundial de computadores – ciberespaço - ligados pela internet, este processo de exclusão é potencializado em função de que sua manipulação requer o domínio de diferentes letramentos eletrônicos (LEVY, 1999).

Cruz (2007) considera que tais exigências modificam os processos de educação, acarretando profundas mutações do próprio papel da educação no processo de reprodução social. Segundo ele, “o paradigma de uma educação destinada a adequar o futuro profissional ao mundo do trabalho, disciplinando-o com “conhecimento”, passa a ser questionado”. A educação e a formação profissional passam a ser singulares, para atender às características e necessidades do indivíduo, transferindo a ele a centralidade do processo de aprendizagem. Dessa forma, as buscas e experimentações individuais direcionam a formação do saber. A internet, assim, se apresenta como um instrumento que viabiliza ao indivíduo um processo de auto-aprendizagem (CRUZ, 2007).

Para Castells (2002), o aprendizado baseado na internet não é apenas uma questão de competência tecnológica. É a fronteira de inclusão dos indivíduos no mundo econômico:

A falta de educação e a falta de infra-estrutura informacional deixam a maior parte do mundo dependente do desempenho de um pequeno número de segmentos globalizados de suas economias. Como a maior parte da população não pode ser empregada nesse setor, porque lhes faltam habilidades, as estruturas ocupacionais e sociais tornam-se cada vez mais dualizadas (CASTELLS, 2002 p. 218)

O domínio das TIC pelas diferentes sociedades, se apresenta como a mais nova fronteira de debate sobre as diferenças entre ricos e pobres, e sobre a capacidade dos indivíduos se inserirem de forma autônoma, como sujeitos ativos da construção de sua história.

Segundo Cruz (2007, p.13):

As formas tradicionais de desenvolvimento, sobretudo dos grupos sociais com renda mais baixa não são suficientes para acompanhar a aceleração tecnológica, sendo tais grupos conduzidos a se tornarem, no máximo, consumidores, sem condições de intervir no processo de evolução e desenvolvimento desta nova cultura baseada nos fundamentos digitais. Sem uma intervenção quanto ao distanciamento da tecnologia, os grupos ficam relegados a um ciclo vicioso de exclusão e baixa inserção.

Soares (2010, p.68) considera que “estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão” e afirma que “o acesso às TIC conduzem a processos de inclusão digital que propiciam a interação com o outro e a inclusão social”.

A iniciativa privada, governos estaduais e municipais, e o terceiro setor têm desenvolvido inúmeros projetos de inclusão social, de diversos matizes e em diversas regiões do Brasil. A despeito da relevância de boa parte desses projetos, a somatória dessas iniciativas jamais terá o alcance dos projetos conduzidos pelo setor público, especialmente se estes representarem iniciativas do Governo Federal consolidadas como políticas públicas permanentes de Estado (MATTOS, 2008).

n1 POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo sobre Políticas Públicas enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica teve início nas EUA com ênfase nas ações e produções dos governos, e na Europa como desdobramento de pesquisas sobre o papel do Estado como produtor de Políticas Públicas (SOUZA, 2006).

No caso norte-americano, a busca foi entender como e porque os governos optam por determinadas ações.

Ainda segundo Souza (2006), quatro pesquisadores foram responsáveis pelo desenvolvimento da área de políticas públicas: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom, e D. Easton.

Laswell (1936) introduz a expressão policy analysis (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (policy makers), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional, … a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes teses do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. …

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos e interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (SOUZA, 2006).

Laswell afirma que respostas às questões “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz?”, norteiam decisões e análises sobre políticas públicas. E esta tem sido a definição mais conhecida de políticas públicas. Apesar das diferentes abordagens usadas nestas definições, em geral, existe uma tendência a tratar o tema de forma holística, considerando que indivíduos, instituições, ideologias e interesses exercem influência na criação e execução de políticas públicas mesmo apresentando diferentes níveis de importância sobre elas. É portanto, um campo de estudos multidisciplinar, envolvendo sociologia, ciência política, economia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas. (SOUZA, 2006).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006).

n2 ESTRUTURAS ELEMENTARES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Giovanni (2009) destaca duas conduções no processo de estudo em ciências da cultura: de um lado, a construção de tipos conceituais e, de outro, a construção de tipos históricos. O que ele sugere é que nestes processos, a análise se faça com a observação histórica e a construção teórica. Ele afirma que “ a observação histórica das políticas públicas possibilita a identificação de elementos invariantes em todas elas, embora cada uma delas tenha ocorrido de maneira singular e única”.

Giovanni (2009), propõe, então, a formalização de elementos estruturais que se prestem à identificação da ação realizada por uma política pública. Ele exemplifica justificando que “toda política pública se baseia numa 'teoria', ou seja, num conjunto de asserções de origem diversa (racional ou não) que dá sustentação às práticas da intervenção, em busca de um determinado resultado”, e que a observação histórica mostra que estes elementos ('teoria', práticas e resultados) são primários e estão presentes em todas as políticas públicas.

Giovanni (2009) sugere, além de se identificar estes elementos invariantes, que se estabeleça “entre eles uma relação que seja realmente indissolúvel e orgânica de modo que constituam totalidades estruturadas” às quais ele chamou de “estruturas elementares”.

Foram propostas quatro estuturas: (i) estrutura formal, composta pelos elementos 'teoria', práticas e resultados; (ii) estrutura substantiva, composta pelos elementos atores, interesses e regras; (iii) estrutura material, composta pelos elementos financiamento, suportes, custos; e (iv) estrutura simbólica, composta pelos elementos valores, saberes e linguagens.

Na segunda fase da pesquisa, os elementos a serem verificados serão considerados nessa classificação estrutural.

n2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL

Mattos (2008, p.71) ressalta:

[...] a crise econômica dos últimos anos, além de ter impedido a ascensão social de uma parte significativa da população, deixou dificuldades adicionais para que o Estado pudesse investir efetivamente na melhoria da Educação Básica do país. Tal situação tem consolidado e ampliado as já enormes diferenças existentes entre as pessoas em termos de educação formal, fazendo do fator cognitivo outro elemento que limita as possibilidades de se construir no país, um projeto de efetiva ampliação da inclusão digital. Ou seja, a capacidade de compreensão e possibilidade de se utilizar efetivamente todas as potencialidades oferecidas pelas TIC são bastante diferenciadas na população brasileira, dado o alto grau de desigualdade na educação formal das pessoas.

O estudo de dados estatísticos de uso da internet no mundo, mostram que o crescimento do acesso à rede mundial foi expressivo nos últimos anos, e que o número de pessoas conectadas à internet, no Brasil, é significativo. Entretanto, Mattos (2008) ressalta que, o ritmo da expansão da inclusão digital, daqui em diante diminua, porque a grande maioria da população pertencente aos extratos mais elevados de renda do país que queiram e precisem se conectar à internet, já estejam de fato conectadas. Ou seja, a inclusão digital decorrente da livre atuação das chamadas forças de mercado parece ter se esgotado.

Dessa forma, considerando que a expansão do acesso à internet no Brasil tenha estabilizado, fica o desafio para que, nos próximos anos, mantenha-se o atual ritmo de ampliação da inclusão digital no país. Segundo Mattos (2008, p.81)

A elevada concentração de renda e o baixo nível do rendimento médio da população brasileira representam, portanto, um significativo entrave para a manutenção de uma contínua ampliação do grau de inclusão digital no Brasil no futuro breve.

Dessa maneira, torna-se cada vez mais imperiosa a necessidade de se constituírem políticas públicas de acesso da população brasileira aos mais modernos recursos das TIC, dentre as quais a internet talvez seja o maior símbolo.

Nesse sentido há um conjunto de fatores que justificam a elaboração e a implementação de Políticas Públicas para Inclusão Digital, em razão do reconhecimento de que a exclusão digital amplia a miséria e coloca obstáculos ao desenvolvimento econômico em geral, e ao desenvolvimento das habilidades pessoais em particular (MATTOS, 2008).

É necessário salientar que essas políticas sejam acopladas a programas abrangentes de incremento na qualidade das políticas educacionais, de tal forma que a questão cognitiva possa ser mais bem apreendida no contexto da ampliação das Políticas Públicas para Inclusão Digital, não se restringindo ao mero aumento da oferta de equipamentos de TIC.

Mattos (2008, p.85) afirma que

A apreensão dos conteúdos gerados pelas TIC promove não apenas a óbvia ampliação e democratização do conhecimento, como também uma mais equânime apropriação da riqueza social produzida pela “Sociedade da Informação e da Comunicação”, ao permitir inserção mais qualificada dos mais pobres no mercado de trabalho, sem contar as melhores condições de acesso à cultura e ao entretenimento por parte de camadas cada vez mais amplas da população.

E propõem que seja definido um conjunto de indicadores para avaliar os efeitos das políticas de inclusão digital. Estes indicadores deveriam:

• Comparar a vida das pessoas antes e depois de terem participado de programas de inclusão digital, avaliando resultados de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho em função de habilidades adquiridas nos programas;

• Avaliar o domínio no uso de ferramentas digitais como editores de textos, planilhas eletrônicas, e a habilidade de navegar na internet;

• E verificar a regularidade e a qualidade de acesso às TIC.

Com tais propósitos, Mattos (2008) sugere que Políticas Públicas para Inclusão Digital sejam avaliadas por 5 aspectos fundamentais:

• Inserção no mercado de trabalho e geração de renda;

• Melhorar relacionamento entre cidadãos e poderes públicos;

• Melhorar e facilitar tarefas cotidianas das pessoas, o que pode incluir aspectos do item anterior;

• Incrementar valores culturais e sociais e aprimorar a cidadania;

• Difundir conhecimento tecnológico.

Para essa avaliação, é necessário determinar critérios de aferição junto às pessoas que tiverem freqüentado programas de inclusão digital, sendo os indicadores passíveis da construção de séries históricas que permitam compará-los ao longo do tempo; serem flexíveis para adaptações periódicas segundo fatores regionais e culturais; e avaliarem a competência dos usuários dos programas de inclusão digital, para gerar conteúdos na rede, e não apenas acessar conteúdos existentes (MATTOS, 2008).

n1 INDICADORES

Indicador, segundo Martinez e Albornoz (1998) appud Pinheiro (2007) é “uma medida agregada e completa que permite descrever ou avaliar um fenômeno, sua natureza, estado, evolução, sendo possível para isso, articular ou correlacionar variáveis”.

Pinheiro (2007) ressalta:

Algumas críticas mais específicas são feitas à formulação de indicadores que traduzem aspectos estatísticos da vida e da prosperidade econômica:

. tais medidas não mensuram satisfação psicológica, a felicidade ou a realização na vida;

. bens e serviços avaliados pelo mercado não são necessariamente relacionados com seu conteúdo em termos de bem-estar;

. atividades não-inseridas no mercado tendem a ser excluídas do exame;

. as medidas como do PIB frequentemente ocultam importantes efeitos da distribuição através do uso de médias (ENCEL et al, 1975).

Relatório da FAPESP (2010, p.10-9) ressalta:

Ganha proeminência, portanto, a busca de sistemas de indicadores capazes de ir além da dimensão material ou de infra-estrutura, indicadores que sejam capazes não apenas de captar a presença de insumos ou medir variáveis de acesso físico às novas tecnologias, mas incorporem esses ativos intangíveis relativos à disseminação de redes de aprendizado e gestão de conhecimento ou à produção de capital social nos espaços de implementação das TIC. Modelos, estratégias e políticas que faziam sentido há poucos anos, como os que giram em torno da densidade econômica de tecnologias de informação, estão sendo abandonados em favor de taxonomias e projetos que focalizam o design e a implementação de sistemas interativos e evolutivos, com destaque para essas dimensões intangíveis (cognitivas e organizacionais).

Fica, assim, evidente a necessidade de se estabelecer indicadores que possam representar a apropriação do uso das TIC para a efetiva inclusão social que propicie real Desenvolvimento.

n1 METODOLOGIA

Para a identificação da relação existente entre Inclusão Digital e Desenvolvimento Regional realizou-se uma pesquisa exploratória que procurou identificar em que medida e em que condições a ID pode se transformar em um processo de IS. Os resultados da pesquisa permitiram a identificação de aspectos fundamentais que deveriam nortear Políticas Públicas para ID, e que subsidiarão a definição das bases do levantamento a ser realizado com os atores sociais que implementam, e com usuários de programas de ID na cidade de Franca (SP).

A pesquisa exploratória foi escolhida por ser um estudo preliminar cujo maior propósito é permitir a familiarização com o fenômeno objeto de investigação, de tal forma que o aprofundamento do estudo possa ser desenvolvido com maior entendimento e precisão. O estudo exploratório (que pode se utilizar de uma variedade de técnicas, usualmente com pequenas amostras) possibilita que o pesquisador defina seu problema de pesquisa e formule suas hipóteses de forma mais precisa. O método também lhe oferece a possibilidade de escolha da melhor técnica para sua pesquisa e permite que decida sobre as questões mais relevantes para a investigação detalhada, podendo, ainda, servir de alerta para potenciais dificuldades a serem encontradas; pontos sensíveis que merecem cuidado; e áreas de resistências (Theodorson e Theodorson apud PIOVESAN, 1995).

Polit e Hungler apud PIOVESAN (1995), detalham a opção pelo uso de pesquisa exploratória por duas razões básicas. Em primeiro lugar, o pesquisador despertou o interesse pelo assunto e deseja aprofundar o entendimento sobre o fenômeno além daquele que o estudo descritivo pode oferecer. Esta razão é particularmente evidente quando uma nova área ou tópico estão sob investigação, para os quais não se identificou conceitos teóricos satisfatórios. Em segundo lugar, estudos exploratórios são, algumas vezes, conduzidos com o objetivo de estimar a viabilidade para se empreender projetos de pesquisas mais complexos sobre o assunto.

Piovesan (1995) também cita a apresentação por Babbie de que a maioria das pesquisas sociais são conduzidas a explorar um tópico, para permitir uma familiaridade inicial com este tópico. Este propósito é típico, quando o pesquisador está examinando um novo interesse, ou quando o tema de estudo é relativamente novo e pouco estudado. A pesquisa exploratória busca “levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2007).

Ainda na fase exploratória buscou-se definir os elementos que serão avaliados no levantamento a ser realizado. A partir da definição destes elementos, pretende-se, formular os questionários que serão aplicados através de entrevistas semi-estruturadas junto à população beneficiada pelos programas oferecidos.

Os resultados obtidos nas entrevistas serão analisados em seus conteúdos, com o objetivo de se delinear o perfil e os reflexos das Políticas Públicas para Inclusão Digital para as pessoas que participam dos programas, bem como compará-los aos de outros estudos realizados no país.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O entendimento sobre a relação existente entre Inclusão Digital e Desenvolvimento Regional tem aumentado com a evolução das pesquisas. Com base no referencial estudado foi possível estabelecer a pertinência de se considerar a ID como elemento catalisador do DR. Desenvolvimento é o “acesso das pessoas, onde estão, aos bens e serviços e às oportunidades que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas” (LOPES, 2002 p. 19) e assim, Desenvolvimento é humano. E desenvolvimento humano pressupõe inclusão social que pode ser facilitada quando se dominam as TIC, através da inclusão digital.

Foi possível, também com base na fase exploratória da pesquisa, identificar quais aspectos devem ser avaliados para o estabelecimento de indicadores que qualifiquem resultados de Políticas Públicas para Inclusão Digital.

A fase seguinte da pesquisa compreende a construção dos roteiros que serão utilizados em entrevistas semi-estruturadas com atores sociais promotores e usuários de Políticas Públicas para ID na cidade de Franca (SP), com o objetivo de levantar dados para a realização de análise de conteúdo para se estabelecer indicadores que possam avaliar resultados de políticas implementadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAJES, Vinícius Nobre (coordenadores). Territórios e movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. SEBRAE. Brasília: Relume Dumará, 2004 . 350p. Disponível em: http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT000A61AE.pdf#page=24 acesso em 20/05/2010.

BANDEIRA, P. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Disponível em: http://www.cni.unc.br/unc2009/mestrado/mestrado\_materiais/texto\_pedro\_bandeira\_n.630.pdf acesso em 20/05/2010.

CASTELLS, M. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed.: 2003.

CORREA, R. L. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ed Ática, 2007.

CRUZ, I. M. Iniciativas de inclusão digital: um estudo sobre o programa de Telecentros Comunitários da Cidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Departamento de Administração, programa de Pós-Graduação em Administração: 2007.

FAPESP. Capítulo 10 – Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e Redes Digitais. Disponível em: http://www.fapesp.br/en/indicators/cap10\_vol1.pdf

acessado em 18/5/2010.

GIOVANNI, G. D. As Estruturas Elementares das Políticas Públicas. NEPP/UNICAMP. Caderno n. 82, 2009.

LÉVY, P. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2. Ed. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOPES, A.S. Globalização e Desenvolvimento Regional. Lisboa: Revista Gestão e Desenvolvimento, n.11, p. 9-25, 2002.

MARIN FILHO, C. J. Desenvolvimento: um processo de mudanças, atores, conceitos e alguns pressupostos. Material de apoio à disciplina Políticas de Desenvolvimento e Orçamentos, ministrada em 27-10-2005. Curso de Capacitação de Técnicos Municipais para Elaboração de Planos Diretores. URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santo Ângelo.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. Desenvolvimento Local e o Papel das Pequenas e Médias Empresas. Barueri, SP: Manole, 2004.

MATTOS, F. A. M. Desafios para a inclusão digital no Brasil. Perspectivas em Ciência da Informaçãoo, v. 13, n.1, p.67-94. Jan/abr, 2008.

NIC.BR, Comitê Gestor da Internet no Brasil. TIC Domicílios 2009: Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e da Comunicação no Brasil. Disponível em www.cetic.br acessado em 18/5/2010.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Curitiba: Revista FAE, v.5, n.2, p.37-48, 2002.

PINHEIRO, M. M. K. Observatório da Inclusão Digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Salvador, 2007 disponível em http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--008.pdf acessado em 19/5/2010.

PIOVESAN, A; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. São Paulo: Rev Saúde Pública, 29 (4), p. 318-325, 1995.

REBÊLO, P. Inclusão digital: o que é e a quem se destina? Disponível em: http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/ acesso em: 6/10/2009.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia. São Paulo: Atlas, 1994.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo Cortez, 2007.

SILVA FILHO, A. M. Os três pilares da inclusão digital. Revista Espaço Acadêmico, n. 24, mai. 2003. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm acesso em: 6/10/2009.

SOARES, M. S. O Acesso à Informação Conduz à Inclusão Social no Contexto Hospitalar. POLÊM!CA Revista Eletrônica. UERJ. Disponível em: http://www.polemica.uerj.br/7(4)/artigos/desenvhumano\_1.pdf acessado em 14/6/2010.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre: Revista Sociologias, ano 8, n.16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1993.